

**O GRUPO ESCOLAR ARQUIDIOCESANO SÃO JOSÉ  
E A (RE)PRODUÇÃO DAS CLASSES POPULARES EM FLORIANÓPOLIS**

Norberto Dallabrida  
Professor do Departamento de História da  
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

A Deus a palma,  
A Pátria o amor,  
Dos sonhos d'alma  
Na vida em flor!  
(Estrebilho do Hino do Grupo Escolar  
Arquidiocesano São José)

Em 31 de janeiro de 1915, nos seus primeiros meses à frente da Diocese de Santa Catarina, D. Joaquim Domingues de Oliveira criou a Escola São José, com o objetivo de proporcionar instrução às “classes menos favorecidas”. O bispo diocesano designou como diretor da escola o padre Luiz Schüler, professor do Ginásio Catarinense e membro da Companhia de Jesus, e determinou que o ensino religioso fosse ministrado segundo as orientações diocesanas.<sup>1</sup> O prédio escolar, inaugurado em 13 de junho daquele ano – dia de Santo Antônio –, foi construído pela Cúria Diocesana e contou com a ajuda de diversos benfeitores e uma pequena subvenção do governo estadual. Ao abrir suas portas, a nova instituição escolar contou com a matrícula de 300 alunos, sendo a grande maioria constituída por crianças pobres.<sup>2</sup> Com esta configuração pedagógica e administrativa, a Escola São José passou a fazer parte da rede de escolas primárias instituída pela Igreja Católica – as chamadas escolas paroquiais.

A fundação da Escola São José era parte integrante da reestruturação institucional da Igreja Católica em Santa Catarina nas primeiras décadas do período republicado. Em 1892 fora criada a Diocese de Curitiba, cuja jurisdição abrangia o território dos estados do Paraná e Santa Catarina. O primeiro bispo, D. José de Carmargo Barros, introduziu de forma sistemática práticas católicas

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, D. Joaquim Domingues de. **Decreto de criação da escola**. Florianópolis, 31. janeiro. 1915.

<sup>2</sup> ESCOLA Paroquial. **Resenha Ecclesiastica**: Órgão Oficial da Diocese de Florianópolis. Florianópolis, nº 4, ago.1915, p.83.

romanizantes<sup>3</sup> entre o seu rebanho e, para viabilizá-las na capital catarinense, nomeou, em 1896, vigário da igreja matriz o padre Francisco Topp, que liderou a reforma do catolicismo. O novo vigário, imigrante alemão, procurou atrair e fixar em Florianópolis congregações católicas de origem germânica, formando um grupo católico que atuava em várias frentes assistenciais e educacionais, entre as quais a educação escolar. Desta forma, as Irmãs da Divina Providência criaram, em 1898, o Colégio Coração de Jesus, instituição de ensino primário e, posteriormente, de ensino normal; os padres jesuítas fundaram, em 1905, o Ginásio Catarinense, colégio de ensino secundário; os padres do Sagrado Coração de Jesus e os freis franciscanos dirigiram escolas paroquiais.<sup>4</sup>

Com a criação da Diocese de Florianópolis em 1908, que abrangia o território do Estado de Santa Catarina, o seu primeiro bispo diocesano, D. João Becker, priorizou a expansão e sistematização da rede de escolas paroquiais. As escolas paroquiais já existiam no território catarinense, especialmente nas áreas de imigração européia recente, e haviam recebido estímulo pelo primeiro bispo da Diocese de Curitiba. Todavia, o primeiro prelado catarinense acreditava que as escolas paroquiais eram numericamente insuficientes para cumprir sua missão e sobremaneira demandavam uniformização diocesana, à luz das determinações eclesiais. Por outro lado, procurou contrapor as escolas paroquiais às instituições escolares públicas, laicizadas desde a implantação do regime republicano – que efetivou a separação entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica -, atacando o seu “ensino sem religião”.<sup>5</sup>

Em Florianópolis, a iniciativa de criar escolas paroquiais foi tomada pelo padre Francisco Topp, vigário da igreja matriz, e colocada em marcha sobretudo pelas novas congregações católicas. Em 1901, o padre vigário fundou a Escola Paroquial Santo Antônio, que inicialmente funcionava na residência paroquial e, dois anos depois, foi transferida para a Igreja São Francisco, passando a ser dirigida pelos freis franciscanos em parceria com a Ordem Terceira Franciscana. Em 1913, essa escola paroquial contava com 58 alunos do sexo masculino e oriundos das classes desfavorecidas, sendo que 38 receberam a primeira comunhão naquele mesmo ano, indicando que a escola paroquial tinha clara intenção de contribuir para a recatolicização da população.<sup>6</sup> Na sede da União dos Trabalhadores de Florianópolis, alguns membros da Companhia de Jesus, liderados pelo padre

---

<sup>3</sup> O “catolicismo romanizado” procurava instituir fiéis doutrinados, disciplinados, austeros, ordeiros, submissos à hierarquia clerical e praticantes dos sacramentos. Sobre a romanização do catolicismo brasileiro, consultar WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987. (Ensaio, 120). MICELI, Sérgio. **Elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

<sup>4</sup> Sobre a “romanização” do catolicismo em Florianópolis nas primeiras décadas do período republicano, ver DALLABRIDA, Norberto. 3. A “reuropeização” do catolicismo. In: \_\_\_\_\_. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. p.63-86.

<sup>5</sup> Sobre as escolas paroquiais em Santa Catarina, consultar HEERDT, Moacir. **As Escolas Paroquiais em Santa Catarina 1890-1930**. Florianópolis, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. DALLABRIDA, Norberto. **Catolicismo romanizado e educação escolar em Santa Catarina na Primeira República**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, nº 18, 1999, p.149-65.

Luiz Schuler, fundaram, em 1912, uma escola noturna para os operários e uma escola diurna para os seus filhos, chamada de D. João Becker – em homenagem ao primeiro bispo da Diocese de Florianópolis.<sup>7</sup> No ano seguinte, nessa mesma instituição foi criada uma turma feminina do curso primário. Com o objetivo de fundir as escolas da União dos Trabalhadores e da Igreja São Francisco, também passou a funcionar no prédio desta última uma turma feminina do curso primário. O padre Luiz Schuler tornou-se o diretor das duas instituições escolares e idealizou a construção de um novo prédio escolar, para materializar a união das duas escolas. Isto aconteceu em 1915, sob os auspícios de D. José Domingues de Oliveira – segundo bispo da Diocese de Florianópolis – e a nova escola paroquial passou a se chamar Escola São José.<sup>8</sup>

Na década de vinte, a Escola São José passou por significativa metamorfose no seu desenho institucional. No patriótico ano de 1922 – quando realizaram-se cerimônias “cívico-religiosas” em níveis nacional e catarinense –, a Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina concedeu equiparação da Escola São José aos grupos escolares e passou a ter uma escola anexa, a Escola Santa Catarina. No ano anterior, ao lado da escola, foi construída a Igreja Santo Antônio, por iniciativa dos freis franciscanos, onde edificaram também o seu convento. Em 1925, com a morte do seu idealizador e primeiro diretor, padre Luiz Schüller, a direção do Grupo Escolar Diocesano São José passou para as mãos do frei Evaristo Schümann, que pertencia à Ordem Franciscana. A passagem da direção da escola dos padres da Companhia de Jesus para os freis franciscanos não significava uma mudança estrutural na sua condução, pelo fato de tratar-se de duas congregações católicas, cujos membros eram imigrantes alemães. No ano seguinte, frei Evaristo foi nomeado professor de latim e de alemão na Escola Normal Catarinense e conseguiu, junto ao governo estadual, o pagamento da maioria das professoras da escola que dirigia.<sup>9</sup> Desta forma, o Grupo Escolar Diocesano São José configurou-se como uma instituição escolar híbrida, pois o seu corpo dirigente e docente era católico, mas pago pelos cofres públicos, indicando aliança entre a Igreja Católica e a elite dirigente do Estado de Santa Catarina.

Em 1927, com a criação da Arquidiocese de Florianópolis, o grupo escolar dirigido pelo frei Evaristo passou a se chamar “Grupo Escolar Arquidiocesano São José” ou, de forma abreviada e popular, “Arquidiocesano”. Dois anos depois, passou a ter mais uma escola de ensino primário anexa, a Escola Padre Anchieta, localizada no bairro Pedra Grande.<sup>10</sup> Na década de 30, apesar de deixar de ter escolas anexas, o Grupo Escolar Arquidiocesano São José continuou o seu crescimento, chegando a ter mais de mil alunos matriculados. Assim, em meados daquela década,

---

<sup>6</sup> Anuário [franciscano] 1913-1914 Florianópolis. Florianópolis, p. 203. Tradução de André Carlos Werle.

<sup>7</sup> Carta Anua 1912-3 Florianópolis. Tradução do padre Léo Etges, SJ. São Leopoldo, p.3. BECKER, D. João. **Quinta e Última Carta Pastoral**. Florianópolis: Typografia d’A Época, 1912. p.14.

<sup>8</sup> A Escola S. José. **Folha Nova**. Florianópolis, 09.dez.1926.

<sup>9</sup> KONDER, Adolpho, ADUCCI, Fulvio. Decreto nº 1999, de 8 de novembro de 1926.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Dom Joaquim Domingues de. **Decreto de criação de escola**. Florianópolis, 25.dez.1929.

dos quatro grupos escolares existentes na capital de Santa Catarina, dois eram públicos – o Lauro Müller e o Silveira de Souza –, enquanto os outros dois eram dirigidos pela Igreja Católica. No entanto, em 1939, com a morte de frei Evaristo, o Governo de Santa Catarina, com a anuência da Arquidiocese de Santa Catarina, retirou a direção do Grupo Escolar Arquidiocesano São José das mãos dos franciscanos e entregou-a a um católico leigo, o professor Américo Vespúcio Prates. A Ordem Franciscana era constituída sobretudo por freis de ascendência alemã, que passaram a serem vistos com desconfiança pela interventoria estadual. A exclusão dos franciscanos na direção do Grupo Escolar Arquidiocesano fez parte, portanto, da conjunção nacionalista e anti-germânica colocada em marcha pelo Estado Novo.

Pois bem, o presente trabalho procura analisar as práticas escolares do Grupo Escolar São José entre 1922, quando passou a ter a condição de grupo escolar, e 1939, ano em que a sua direção deixou de ser exercida pelo clero alemão.<sup>11</sup> Ele será identificado durante este recorte temporal como “Arquidiocesano”, pois foi com este adjetivo que ficou conhecido entre seus ex-professores e alunos egressos. Entre as práticas escolares, coloca-se o foco no recorte e organização dos saberes, nos dispositivos de transmissão e avaliação desses saberes e na composição social do alunado. Trata-se de uma análise microescolar, que não se fecha no ambiente institucional, mas persegue o diálogo entre o cotidiano escolar e os seus condicionamentos sociais. Procura, portanto, perceber um modo de educação escolar específico, que produzia sujeitos por meio da seleção de bens culturais e da implementação de dispositivos disciplinares.

A direção do Grupo Escolar Arquidiocesano São José, exercida pelo padre jesuíta Luiz Schüller e depois pelo frei franciscano Evaristo Schürmann, imprimia um direcionamento católico tanto em relação à escolha e à organização dos saberes escolares quanto aos dispositivos de transmissão e avaliação desses saberes. Além da formação profissional, o critério religioso era decisivo no processo de seleção de professores. Segundo Maria da Glória Oliveira, professora da escola desde o início dos anos trinta, frei Evaristo contratava somente professoras que proferiam a religião católica e ela, para ser admitida, teve que ir acompanhada de sua mãe, que atestou a sua vinculação à Igreja Católica.<sup>12</sup> O corpo docente, formado exclusivamente por mulheres de confissão católica e dirigido por um padre, muito contribuiu para imprimir uniformidade do conhecimento corporificado no currículo. Trata-se de um caso típico da era da feminização do magistério primário, em que as mulheres ocupavam a docência nas salas de aula, mas geralmente eram dirigidas por homens, na condição de diretores, inspetores e diretores da instrução pública.

---

<sup>11</sup> O grupo escolar ou escola primária graduada é uma modalidade de educação escolar específica, implantada no sistema público brasileiro no período republicano e se distingue pela localização nas cidades e pela seriação de suas classes. Sobre os grupos escolares, consultar SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida. Florianópolis, 18 dez. 2001. p.15.

O Grupo Escolar Arquidiocesano São José proporcionava aos seus alunos ensino primário, composto por quatro anos, e o curso complementar<sup>13</sup>, com três anos de duração. Pelo fato de ser um grupo escolar, os saberes ensinados eram definidos pela Diretoria de Instrução Pública do Estado de Santa Catarina, que passaram a ser mais controlados após a Primeira Guerra Mundial, por meio da ação vigilante dos inspetores escolares. No ensino primário, de acordo com as orientações oficiais, ensinava-se a Língua Portuguesa, Aritmética, História do Brasil, Geografia do Brasil e Cantos Pátrios, mas também eram contemplados conhecimentos religiosos por meio da “aula de doutrina” e cantos religiosos. No curso complementar os conhecimentos ministrados no ensino primário eram mais desenvolvidos, inclusive com o aprendizado de línguas estrangeiras, como o alemão e o francês. A língua alemã era ministrada também na Escola Normal Catarinense, visando preparar professores para atuar nas áreas de imigração germânica de Santa Catarina, onde predominava a língua de Goethe.<sup>14</sup>

Em boa medida os saberes selecionados estavam definidos nos livros didáticos utilizados nas aulas.<sup>15</sup> Desde o início da década de vinte, nas escolas públicas de Santa Catarina, passou-se a utilizar as chamadas “Série Fontes”, um conjunto de livros para o ensino primário escrito pelo então Diretor da Instrução Pública de Santa Catarina, o professor Henrique da Silva Fontes. A “Série Fontes” era constituída por cinco livros: a “Cartilha Popular”, o “Primeiro Livro de Leitura”, o “Segundo Livro de Leitura”, o “Terceiro Livro de Leitura” e o “Quarto Livro de Leitura”. Esses livros didáticos, escritos por um egresso de colégio jesuítico e católico militante, concorriam para produzir sujeitos obedientes, patrióticos e católicos.<sup>16</sup> Acreditando que “uma boa educação forma um bom cidadão”, o “Segundo Livro de Leitura” afirmava que “o menino estudioso, obediente, leal e cuidadoso de suas obrigações será depois um cidadão excelente”.<sup>17</sup> Venera conclui que “na *Série*

---

<sup>13</sup> O curso complementar ou “escola complementar” era oferecido nos grupos escolares após o ensino primário, com o intuito de formar professores que geralmente atuavam onde não havia docentes normalistas. Segundo Fiori, “as escolas complementares objetivavam dar seqüência ao ensino ministrados pelos grupos escolares e facilitar a formação de professores normalistas [...] essas escolas preparavam, efetivamente, professores para as então numerosas escolas isoladas catarinenses”, cf. FIORI, Neide de Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano.** Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975. p.100.

<sup>14</sup> FIORI, Neide de Almeida. Op. Cit., p.130-39.

<sup>15</sup> Os livros didáticos e o recorte e organização do saber escolar em geral são “operações de construção de sentido”, que implicam no trabalho de delimitação, divisão e classificação dos saberes disponíveis na sociedade. Concebidas como “práticas”, as formas de recortar e organizar os saberes são artefatos culturais e históricos. Sobre esta questão, consultar GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. CHERVEL, André. História da disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação.** Porto Alegre, nº 2, p.177-229, 1990.

<sup>16</sup> Sobre a “Série Fontes”, consultar os seguinte trabalhos: SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. **Protocolo do bom cidadão – Série Fontes: lições e Moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950).** 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. VENERA, José Isaias. **O homem útil na Série Fontes: a criança entre a docilidade e o desvio.** Itajaí, 2002. Mimeo. 38 p.

<sup>17</sup> FONTES, Henrique da Silva. **Segundo Livro de Leitura. Série Fontes.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p.7.

*Fontes* a noção de *homem útil* era uma meta. Objetivava-se produzir um humano servil ao Estado-nação, solidário para com os outros, temente a Deus e ‘consciente’ de sua posição social”.<sup>18</sup> No Grupo Escolar Arquidiocesano São José, a “Série Fontes” foi utilizada, de forma regular, nas décadas de vinte e trinta, pois contemplava os discursos nacionalista e católico vigentes, enfatizando a importância da ética do trabalho.

A transmissão e avaliação dos saberes colocava em marcha um conjunto de dispositivos didáticos da “maquinaria escolar” que emergiu nas escolas católicas desde a Reforma Religiosa do século XVI – em especial nos colégios da Companhia de Jesus – e posteriormente foi laicizada e nacionalizada pelos sistemas escolares estatais.<sup>19</sup> Entre os dispositivos didáticos pode-se destacar o controle do tempo, o esquadramento do espaço, o incitamento ao trabalho regular, a classificação e premiação dos alunos, a vigilância panóptica, a aplicação de castigos morais. Segundo a ex-professora Maria da Glória Oliveira, no Grupo Escolar Arquidiocesano São José havia o “livro de honra”, que tinha capa dourada e onde eram registrados os nomes dos alunos que se destacavam, e o “livro negro”, com capa preta onde eram escritos os nomes dos alunos indisciplinados.<sup>20</sup> A classificação dos melhores alunos era realizada por meio de provas mensais e dos exames de final de ano, constituídos por testes escritos formulados pela direção da escola para todas as séries. Aqueles alunos que fugissem da normalização escolar eram punidos por meio de castigos morais tais como ficar após as aulas ou nos intervalos das aulas fazendo cópias, ficar fora da sala de aula por alguns momentos, ficar de joelho fazendo orações.<sup>21</sup> Na documentação escrita e nos depoimentos orais de algumas professoras não há registro de aplicação de castigos físicos.

No processo de disciplinamento escolar, os rituais católicos tiveram grande eficácia no cotidiano escolar. Antes do início das aulas, todos os alunos eram reunidos em frente ao nicho de São José – padroeiro da escola –, que se localizava nos fundos do pátio, para fazerem uma oração coletiva. Além das festas patrióticas como a homenagem à bandeira aos sábados e o “7 de Setembro”, as festas católicas tiveram espaços consagrados. Após a homenagem hebdomadária à bandeira, fazia-se um “homenagem à Nossa Senhora” e, ao longo do ano letivo, celebrava-se os santos católicos, especialmente Santo Antônio – padroeiro da igreja que ficava ao lado da escola, dirigida por freis franciscanos – e especialmente São José. A festa da primeira comunhão dos alunos, geralmente no mês de outubro, era espetacularizada, devido a sua importância simbólica para a vida da criança. Os alunos católicos – a grande maioria – eram incitados a assistir a missa das

---

<sup>18</sup> VENERA, José Isaías. Op. cit., p.36.

<sup>19</sup> O conceito de “maquinaria escolar”, de inspiração foucaultiana, foi cunhado por Varela e Alvarez-Uría, cf. VARELA, Julia, ALVAREZ-URÍA. *Arqueología de la escuela*. Madrid: La Piqueta, 1997. (Genealogía de la escuela, 20). Consultar também PETITAT, André. *Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente*. Porto Alegre: Artes Médias, 1994.

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida. Florianópolis, 18 dez. 2001. p.5.

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida. Florianópolis, 18 dez. 2001. p.16.

oito horas aos domingos – a missa das crianças –, acompanhados das professoras, que, no dia seguinte, faziam monitoramento para constatar quem tinha cumprido a obrigação católica semanal.<sup>22</sup>

O Grupo Escolar Arquidiocesano São José era uma instituição escolar voltada para as classes populares da cidade de Florianópolis, especialmente aquelas que habitavam os bairros pobres e os morros e sobreviviam de trabalhos informais. Embora em número não muito expressivo, constata-se a presença de afrodescendentes, que representavam uma boa parcela da sociedade florianopolitana, geralmente excluída das instituições escolares. O alunado era misto, sendo dividido em seção feminina e seção masculina, de acordo com a configuração dos grupos escolares vigentes em Santa Catarina e no Brasil. Grosso modo, na capital catarinense as divisões escolares eram bem marcadas e a Igreja Católica contribuía efetivamente com este processo, pelo fato de ter escolas para grupos sociais específicos. Os padres jesuítas dirigiam o Ginásio Catarinense, colégio de ensino primário e secundário e de caráter privado, voltado para os moços das elites e as Irmãs da Divina Providência tinham o Colégio Coração de Jesus, instituição de ensino primário e normal, cuja população escolar era majoritariamente composto por meninas e moças das classes abastadas. O restante da população, constituída por boa parte da classe média e pelas classes populares, freqüentava os grupos escolares ou as escolas isoladas. Essas divisões escolares de classe social e de gênero eram vistas pela elite clerical e civil como um fenômeno natural e se manifestavam em outras instâncias sociais.

É claro que houve exceções à regra, como o caso de Osmar Cunha, que era oriundo de família pobre, freqüentou o Grupo Escolar Arquidiocesano São José e fez o curso secundário no Ginásio Catarinense dos padres jesuítas e elegeu-se prefeito de Florianópolis. Há também outros casos de ex-alunos, geralmente aqueles que faziam o curso complementar, que conseguiram ingressar nos quadros do funcionalismo público ou em instituição privadas, passando a fazer parte da classe média. No entanto, a maioria dos egressos do Grupo Escolar Arquidiocesano São José não foi além do ensino primário e se tornou trabalho/a manual ou sub-empregado/a, indicando a existência da divisão social e educacional.

Desta forma, nas décadas de vinte e trinta, o Grupo Escolar Arquidiocesano São José, contribuiu para produzir as classes populares urbanas de Florianópolis nos moldes nacional e católico, reproduzindo as desigualdades sociais. As formas de selecionar e organizar os saberes escolares, bem como os dispositivos didáticos de transmissão de avaliação desses saberes, concorriam para a produção de sujeitos disciplinados, trabalhadores, odedientes, patrióticos,

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida. Florianópolis, 18 dez. 2001. p.14.

ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

católicos. Aliás, este escopo curricular estava resumido no estrebilho do Hino do Grupo Escolar Arquidiocesano São José – que é a epígrafe do presente texto.